

Geraldo José Lins

A substituição de Zélia por Marcílio foi realizada sob a ficção de que mudava o ministro — e o estilo de administração passava de *hard* para *soft* —, mas não mudava a política econômica. Entretanto, se o País quiser recuperar os estragos causados em 14 meses pela equipe “xiita”, em que só a perda dos assalariados em unidades de bem-estar ultrapassa 75 bilhões de dólares, terá que dizer em alto e bom som: mudou... sim!

Mudou a política, mudou a estratégia e mudou o estilo!

Mas a política, não nos objetivos, mas nos instrumentos e condicionantes seguintes:

a) o combate à inflação passa a ser feito com justiça social, isto é, seu preço não será pago pelos assalariados (70 por cento da população com 30 por cento da renda), mas pelos que se beneficiaram da inflação em decorrência dos altos juros ou da liberdade de fixar sua própria remuneração (30 por cento da população com 70 por cento da renda).

b) o combate à inflação será feito sem congelamento dos preços, antes caminhando para uma economia de mercado em que os preços reflitam os custos efetivamente incorridos (sem previsões de inflação futura, mas também sem inflação reprimida) e as margens de lucro correspondam à taxa real de juros mais compensação do risco inerente a cada atividade produtiva (sem prejuízos, mas também sem as gorduras da ganância e da manipulação cartelista, sob vigilância e repressão do Governo);

c) o combate à inflação será feito sem recessão, abandonando-se o mito do “aquecimento” da demanda como causa da inflação (significativo apenas para inflações da ordem de dez por cento ao ano) e das altas taxas de juros (coibitivas do investimento e do consumo) como defesa à inflação, recuperando-se assim o mercado interno que absorve 90 por cento do produto nacional.

Proclame-se portanto:

I — os salários terão sempre garantido o seu valor real (com ganhos reais, mediante negociação, naqueles setores em que o mercado ou a pro-

dutividade possam absorver esses ganhos sem pressão inflacionária);

II — os preços refletirão os custos efetivamente incorridos (com margens de lucro adequadas a cada setor e às condições do mercado);

III — a recessão não será aceita como instrumento de combate à inflação (cessando as restrições à demanda, a alta provocada dos juros, a compressão cambial).

Mantida a austeridade fiscal e monetária, muda a estratégia também:

a) não se alardeia a inflação zero ou valores arbitrários reduzidos (abaixo dos dez por cento, por exemplo) que se procure manter artificialmente, mas que, aumentando a inflação reprimida, tornam eventualmente a inflação crescente (erro de todos os congelamentos);

b) é preferível deixar a inflação situar-se inicialmente em nível mais alto (ajustando os preços aos custos efetivamente incorridos, lembrando que a inflação é um aumento contínuo e geral de preços e que a maioria desses ajustes são *one-shot*, isto é, ocorrem apenas uma vez com a inflação corretiva), já que, a partir daí, teremos expectativas de que os preços vão crescer a taxas mais reduzidas, ou seja, teremos a inflação cadente.

Todos os planos implantados até hoje — com seus congelamentos — produziram obviamente expectativas de inflação crescente nos meses seguintes aos efeitos do congelamento. É necessário, pois, reformular a estratégia e aceitar uma inflação corretiva mais alta, na saída do congelamento, para ter, a partir daí, a expectativa de inflação cadente.

O estilo de administração econômica precisará, também, mudar radicalmente. A implementação da nova política econômica encontra resistência na própria equipe econômica, especialmente no segundo e terceiro escalões. É quando a Bastilha da Tecocracia — com o pessoal que participou dos planos anteriores — procura se reconstituir, envolvendo o ministro e seus novos auxiliares.

Não basta, assim, proclamar o caráter *soft* de apresentação de novas medidas. É preciso dar importância real às objeções e reivindicações da

economia real, representada por empresários, gerentes e trabalhadores, e da sociedade em geral, representada pela classe política. Para isso as câmaras setoriais não poderão ficar entregues, apenas, ao arbítrio de seus componentes, mas precisarão receber diretrizes de um conselho representativo de todos os interesses legítimos envolvidos, que assista o ministro na implementação e revisão da política econômica. Tal fórum de alto nível é importante para que os grandes setores da sociedade se sintam corresponsáveis por essa política e colaborem na sua implementação, dando-lhe com isso maior credibilidade e estabilidade. Diante dele serão vãs todas as alternativas de reconstruir a Bastilha da Tecocracia com a ditadura dos tecnocratas. Crie-se, portanto, o Conselho de Política Econômica, para que ele reafirme e garanta os princípios de uma economia de mercado viável sob o paradigma da justiça social.

Mas não basta mudar! Tão importante quanto a mudança de política, de estratégia, de estilo, é a proclamação de que “mudou... sim!” Para que os empresários e o mundo dos negócios, no País e no exterior, confiem na estabilidade das normas econômicas e levem adiante os seus projetos, podendo prever resultados — dependentes de custos e receitas de mercado — e o cumprimento de acordos e contratos. Para que capitalistas e poupadores possam entregar com confiança suas economias ao setor financeiro. Para que o sistema financeiro possa financiar o setor produtivo sem receio de insolvência. Para que os consumidores possam programar sua despesa, especialmente em bens de consumo duráveis e compras a crédito. Enfim, para que a economia real funcione.

Democracia econômica com justiça social é o lema da política que os radicais fingiram aceitar, mas postergaram para um futuro que o socialismo, após 70 anos, não conseguiu realizar e que eles, proclamando-se “os amigos do povo”, em 14 meses, só tornaram mais distante e duvidoso. Amigos assim...

■ Geraldo José Lins, ex-diretor da Montreal e da Cesp, é economista e consultor